



RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “DESIGUALDADE ACELERA EM TEMPOS DE PANDEMIA E DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL”¹

REVIEW OF THE ARTICLE TITLED "INEQUALITY ACCELERATES IN TIMES OF PANDEMIC AND BURGUESE AUTOCRACY IN BRAZIL

Recebido: 31/05/2022 | Aceito: 17/07/2022 | Publicado: 09/08/2022

Karina Oliveira Santos²

 <https://orcid.org/0000-0002-2083-2918>

 <http://lattes.cnpq.br/5771079696495069>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: karinacarolster@gmail.com

Resenha da obra:

ASSUNÇÃO, Maria Aparecida de. Desigualdade acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, no Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.- dez., 2021

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Desigualdade acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil”. Este artigo é de autoria de: Maria Aparecida de Assunção. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.- dez., 2021.

Palavras-chave: Neoliberalismo e autocracia. Desigualdades sociais. Políticas sociais na pandemia.

Abstract

This is a review of the article entitled “Inequality Accelerates in Times of Pandemic and Bourgeois Autocracy in Brazil”. This article is authored by: Maria Aparecida de Assunção. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus De Estudos De Gestão, Jurídicos E Financeiros”, in Year XII, Vol. 12, no. 43, jul.-dec., 2021.

Keywords: *Neoliberalism and Autocracy. Social differences. Social policies in the pandemic.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Desigualdade acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil”. Este artigo é de autoria de: Maria

¹ Trabalho de aproveitamento da disciplina Trabalho de Curso, do curso de Direito, da Faculdade Processus, sob a orientação do professor *Jonas Rodrigo Gonçalves* e coorientação do professor *Danilo da Costa*. A revisão linguística desta resenha foi realizada por Michelle Veridiane Segantini da Silva.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Aparecida de Assunção. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.- dez., 2021.

Quanto a autora deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo dela. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre ela.

A autora deste artigo é Maria Aparecida de Assunção. Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993, pós-graduação em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988, e graduação em Administração pela União Educacional de Brasília (1985). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1180985988187856> e Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2788-0023>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, *resumen*, *palabras clave*, introdução, revisão de literatura, autocracia, desigualdade social, neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil, as reformas neoliberais, desigualdade social no Brasil, forma de medição da distribuição dos rendimentos, pandemia e desigualdade social, auxílio emergencial e a ação civil pública para a análise célere dos pedidos, recomendação em relação aos quilombolas, análise e consideração final, referências.

No resumo deste artigo consta:

Este artigo apresenta a história do modelo autocrático no Brasil, as desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, difundidas com a contribuição do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Algumas orientações com raízes neoliberais são registradas pelo Estado brasileiro. O artigo procura caracterizar o problema social no contexto da crise atual, o impacto no mundo do trabalho do país e as políticas sociais propostas, em consonância com as diretrizes adotadas na pandemia do Covid-19, que enfatizam o projeto social no país (ASSUNÇÃO, 2021, p. 1).

O tema deste artigo é “Desigualdade Acelera Em Tempos De Pandemia E Da Autocracia Burguesa No Brasil”. Foi discutido o seguinte problema: “as desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, amplamente reproduzidas com a contribuição do Estado por meio políticas públicas e recursos”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “Como explicar uma sociedade gerida num modelo autocrático?”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “chamar a atenção para os limites que a sociedade brasileira impõe a uma efetiva igualdade de oportunidades para os seus diferentes grupos sociais”. Os objetivos específicos foram: “buscar caracterizar a questão social no quadro da crise contemporânea, repercussões no universo do trabalho no país e as políticas sociais propostas em consonância com as diretrizes adotadas na pandemia da Covid-19, que tensionam o projeto social no país”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “a obra se justifica na busca para desvelar desigualdades históricas nas sociedades latino-americanas e estão condenadas ao desemprego ou à vida de trabalhos temporários e degradantes, tornando a sobrevivência um enorme desafio”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi o método indutivo de cunho qualitativo e quantitativo, além de uma vasta análise dos dados que foram coletados durante pesquisas e estudos, sendo baseado em uma extensa referência bibliográfica.

A autora inicia sua obra conceituando de forma clara autocracia como uma forma de governo centrada em um indivíduo, que detém todo o poder sem restrições, explica que o termo foi utilizado inicialmente na Grécia antiga para representar generais que, por questões estratégicas, estavam autorizados a tomar decisões sozinhos. A autocracia baseia-se em formas autocráticas de governo, como as monarquias absolutistas e ditaduras implementadas em vários períodos históricos modernos; na monarquia absolutista o poder do rei é justificado como um desígnio divino; nas ditaduras modernas, os regimes autocráticos surgem como reação aos conflitos sociais, a suspensão dos direitos civis e a concentração de poder são entendidas como as únicas medidas possíveis para salvar a sociedade de uma ameaça hipotética ou real. Dessa forma é comum o controle da informação, o cerceamento das liberdades individuais e dos direitos civis.

De forma objetiva, a autora afirma que o Estado brasileiro, atua como uma falsa democracia, uma vez que apenas os interesses da burguesia assumem o plano das decisões políticas. Deste modo, as reivindicações da classe trabalhadora são rejeitadas e seus representantes levados a agir de acordo com os interesses da burguesia, assim todo o poder político é concentrado na burguesia e seus interesses são defendidos em todas as esferas do poder. Assunção vê a igualdade como meio de construir uma sociedade política ordenada, caracterizada pela justiça e pelo bem-estar de seu povo, enquanto a desigualdade moral ou política tem seu ponto de partida na transformação da alma, a essência do ser humano.

Conduzindo-nos a um raciocínio de sabedoria, a autora cita que o estado burguês-autocrático no Brasil assumiu várias formas ao longo do tempo, oscilando grosseiramente entre a forma liberal-democrática e a forma ditatorial. A primeira, em vigor nos tempos da República Velha, mediada pelo coronelismo; o governo de Vargas; a República Populista mediada pelo populismo; a chamada Nova República no período do Governo Provisório Vargas, do Estado Novo e da Ditadura Militar. A autora argumenta que o estabelecimento da hegemonia neoliberal no Brasil na década de 1990 exigiu não apenas a ascensão de um governo com orientação política compatível com os princípios doutrinários do livre mercado e do antiestatismo, condizentes com os interesses do grande capital estrangeiro e nacional, sobretudo financeiro, mas também a implementação de uma série de reformas institucionais, que redefiniram a estrutura do aparelho estatal e reforçaram seu caráter autocrático-burguês.

De maneira clara, Assunção explica que essas reformas foram projetadas para conter os componentes democráticos do controle do movimento de capitais. O processo de privatização foi agressivo, transferindo a propriedade da maior parte do setor produtivo estatal para o controle do capital privado, reduzindo e tornando mais precários os serviços públicos. A primeira e mais importante reforma foi a privatização da maioria das empresas estatais nos setores financeiro, de infraestrutura, manufatura e serviços, todas adquiridas por capital monopolista estrangeiro, anulando assim a capacidade do Estado de conduzir a economia em uma direção específica, essa situação também impediu o Estado de socializar bens e serviços essenciais, alterando

o peso econômico dos segmentos do capital estatal e privilegiando o capital estrangeiro.

Assunção cita que as agências reguladoras foram criadas com as privatizações, retirando do governo e dos ministérios o poder de regular diretamente esses setores. Outra mudança estrutural nesse período foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Financeira, que restringe as políticas de gastos dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e privilegia a liquidação de dívidas com o sistema financeiro. Bem como, as duas reformas previdenciárias promoveram um processo radical de anulação de direitos adquiridos e abertura do setor previdenciário ao capital financeiro, submetendo o sistema previdenciário à lógica do mercado e aos interesses dos grandes grupos financeiros, majoritariamente de capital estrangeiro.

A descentralização dos serviços públicos alterou estruturalmente o aparelho estatal no Brasil, anulando sua capacidade de promover políticas sociais universais e de distribuição de renda e bens. Tais efeitos foram sentidos nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social, serviços municipais, bem como nos poderes de fiscalização e regulação do governo, sujeitando-os à lógica do mercado e abrindo caminho para a promoção do capital privado em diversos setores. Assim, as políticas públicas sociais passaram a ser objeto de medidas focadas em programas circunstanciais e não estruturais que se tornaram a base de políticas neopopulistas, paternalistas e clientelistas.

A obra, de maneira interessante e dialética dispõe que a desigualdade social de renda do trabalho nas metrópoles no Brasil sempre esteve em um nível muito alto, com uma tendência ascendente nos últimos anos, porém ficou ainda mais evidente nos dois primeiros trimestres de 2020, ligando a crise econômica já existente aos efeitos da pandemia do Covid-19. Embora haja disparidades nas desigualdades quando se comparam as regiões metropolitanas do país, ao todo as desigualdades estão em níveis muito elevados. Comparações internacionais confirmariam que o Brasil é o país mais desigual entre aqueles com estimativas disponíveis baseadas em dados tributários, como era no início do século passado. No Brasil teríamos visto um pequeno nivelamento na primeira década da ditadura militar, completamente revertido, por exemplo, a 100^a pessoa mais rica se apropria hoje de 23% da renda total, em contrapartida na maioria dos países esse percentual está entre 5,5%.

Segundo a autora, o impacto da pandemia sobre os mais pobres deixou clara a necessidade de apoio para essas pessoas, que efetivamente perderam seus meios de subsistência e, apesar de algumas teses genocidas, de que a solução não era parar as atividades econômicas, o governo teve que propor um auxílio fixado pelo Parlamento brasileiro em 600 reais, já que não foram tomadas medidas de isolamento social, dessa forma o Estado deve intervir em situações como a da pandemia promovendo a proteção social das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Com clareza, a autora dispõe que falar de desigualdade social é falar da questão social e agrícola no Brasil, pois a concentração da renda permeia a concentração da terra. Isso se liga ao fato que o Brasil foi o último a abolir a escravidão em 1888. Até o momento, o tema está sendo desenvolvido em reconhecimento às comunidades quilombolas remanescentes e suas terras, pois outras comunidades tradicionais enfrentam os alvos de maior impacto em decorrência da pandemia. Diante desse cenário, o fortalecimento das unidades de saúde nas áreas foi recomendado, além da adoção de estratégias diferentes para permitir que as comunidades se

registrem e recebam assistência governamental emergencial, bem como o controle da higiene das pessoas que ingressam nas zonas étnicas, a promoção dos processos de reconhecimento, delimitação, identificação e designação de áreas, a expansão da distribuição de cestas básicas e uma ampla campanha de sensibilização sobre os riscos de contágio de doenças. Assim, as ações civis públicas para o pagamento rápido do auxílio emergencial e as recomendações de atenção especial no combate à Covid-19 nas comunidades quilombolas representam justamente a busca pela atuação governamental durante a pandemia, pautada pelas bases objetivas da obrigatoriedade constitucional de redução de desigualdades.

Por fim, dispõe de maneira assertiva, que a globalização, trouxe um aumento dramático das desigualdades econômicas e sociais dentro e entre as nações. Seus efeitos são mais sentidos por quem menos se beneficia, ao mesmo tempo em que há intensa internacionalização do território brasileiro por meio da compra de terras pelos grandes conglomerados financeiros mundiais sem controle público, o terreno histórico das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, em grande parte (re) produzidas com a contribuição do Estado por meio de recursos e políticas públicas, amplia a distância entre ricos e pobres e radicaliza a "questão social" na qual retrata a cotidiano dos contingentes majoritários das classes subalternas.

Para a autora, o grande desafio do Brasil hoje é crescer e enfrentar o problema da desigualdade, e para isso a iniciativa parte do executivo federal. Ele precisa voltar ao normal com uma vacina, abrir a economia, fazer a reforma tributária, bem como fazer o governo funcionar. Assunção deseja que o estado pare de fazer o que lhe convém, e se preocupe com o que realmente importa: a educação pública de qualidade, saúde de qualidade, inovação tecnológica e apoio à ciência.

Referências

ASSUNÇÃO, Maria Aparecida de. Desigualdade acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, no Ano XII, Vol. 12, n. 43, jul.- dez., 2021 Disponível em <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/630>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.